

*Giovanni Arrighi*

# O LONGO SÉCULO XX

DINHEIRO, PODER  
E AS ORIGENS DE NOSSO TEMPO

Tradução  
*Vera Ribeiro*

Revisão de tradução  
*César Benjamin*

**CONTRAPONTO**

*Editora*  
**UNESP**

## 1

## AS TRÊS HEGEMONIAS DO CAPITALISMO HISTÓRICO

### HEGEMONIA, CAPITALISMO E TERRITORIALISMO

O declínio do poderio mundial norte-americano, a contar de aproximadamente 1970, ocasionou uma onda de estudos sobre a ascensão e queda das “hegemonias” (Hopkins e Wallerstein, 1979; Bousquet, 1979, 1980; Wallerstein, 1984), dos “Estados hegemônicos centrais” (Chase-Dunn, 1989), das “potências mundiais ou globais” (Modelski, 1978, 1981, 1987; Modelski e Thompson, 1988; Thompson, 1988, 1992), dos “núcleos” (Gilpin, 1975) e das “grandes potências” (Kennedy, 1987). Esses estudos diferem consideravelmente quanto a seu objeto de investigação, sua metodologia e suas conclusões, mas têm duas características em comum. Primeiro, se e quando usam o termo “hegemonia”, pretendem dizer “dominação” (cf. Rapkin, 1990); segundo, seu foco e sua ênfase recaem sobre uma suposta invariância básica do sistema em cujo seio o poder de uma nação se eleva e decai.

Ao definir a capacidade relativa dos Estados, a maioria desses estudos recorre a alguma idéia de “inovação” e “liderança”. Em Modelski, as inovações sistêmicas e a liderança para executá-las são presumidas como as principais fontes do “poder mundial”. Mas, em todos esses estudos, inclusive os de Modelski, as inovações sistêmicas não alteram os mecanismos básicos mediante os quais aumenta e declina o poder no sistema interestatal. Na verdade, geralmente se afirma que a invariância desses mecanismos é um dos aspectos centrais do sistema interestatal.

O conceito de “hegemonia mundial” aqui adotado, no entanto, refere-se especificamente à capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas. Em princípio, esse poder pode implicar apenas a gestão corriqueira desse sistema, tal como instituído num dado momento. Historicamente, entretanto, o governo de um sistema de Estados soberanos sempre implicou algum tipo de ação transformadora, que alterou fundamentalmente o modo de funcionamento do sistema.

Esse poder é algo maior e diferente da “dominação” pura e simples. É o poder associado à dominação, ampliada pelo exercício da “liderança intelectual e

moral”. Como enfatizou Antonio Gramsci, com referência à hegemonia no plano nacional,

a supremacia de um grupo social manifesta-se de duas maneiras, como “dominação” e como “liderança intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos antagônicos, que ele tende a “liquidar” ou subjugar, talvez até pela força das armas, e lidera os grupos afins ou aliados. Um grupo social pode e, a rigor, já deve exercer a “liderança” antes de conquistar o poder governamental (essa é, de fato, uma das principais condições para conquistar tal poder); posteriormente, ele se torna dominante ao exercer o poder, mas, ainda que o detenha firmemente nas mãos, também tem que continuar a “liderar”. (Gramsci, 1971, p. 57-8)

Essa é uma reformulação da concepção de Maquiavel sobre o poder como uma combinação de consentimento e coerção. A coerção implica o uso da força ou uma ameaça de força digna de crédito; o consentimento implica a liderança moral. Nessa dicotomia, não há espaço para o instrumento mais característico do poder capitalista: o controle dos meios de pagamento. Na conceituação gramsciana do poder, a área cinzenta que se situa entre a coerção e o consentimento é ocupada pela “corrupção” e pela “fraude”:

Entre o consentimento e a força situa-se a corrupção/fraude (que é característica de certas situações em que é difícil exercer a função hegemônica e em que o uso da força é arriscado demais). Ela consiste em conseguir a desmoralização e a paralisação do antagonista (ou antagonistas) através da compra de seus líderes — quer às ocultas, quer, no caso de perigo iminente, de forma aberta —, a fim de semear a discórdia e a confusão em suas fileiras. (Gramsci, 1971, p. 80)

Em nossa esquematização, há muito mais do que corrupção e fraude na área opaca entre a coerção e o consentimento. Mas, até que venhamos a explorar essa área através da construção de ciclos sistêmicos de acumulação, presumiremos que entre a coerção e o consentimento não reside nenhuma fonte autônoma de poder mundial. A dominação será concebida como primordialmente fundamentada na coerção; a hegemonia, por sua vez, será entendida como o poder *adicional* que é conquistado por um grupo dominante, em virtude de sua capacidade de colocar num plano “universal” todas as questões que geram conflito.

É verdade que o Estado é visto como o instrumento de um grupo particular, destinado a criar condições favoráveis para a máxima expansão deste. Mas o desenvolvimento e a expansão do grupo específico são concebidos e apresentados como sendo a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais”. (Gramsci, 1971, p. 181-2)

A alegação do grupo dominante de representar o interesse geral é sempre mais ou menos fraudulenta. Não obstante, seguindo Gramsci, só falaremos de

hegemonia quando essa alegação for pelo menos parcialmente verdadeira e trazer alguma contribuição para o poder do grupo dominante. Quando a alegação do grupo dominante de representar o interesse geral for totalmente fraudulenta estará criada uma situação, não de hegemonia, mas de fracasso da hegemonia.

Uma vez que a palavra hegemonia, em seu sentido etimológico de “liderança” e em seu sentido derivado de “dominação”, normalmente se refere às relações entre Estados, é perfeitamente possível que Gramsci estivesse usando o termo metaforicamente, para esclarecer as relações entre os grupos sociais através de uma analogia com as relações entre os Estados. Ao transpor o conceito de hegemonia social de Gramsci das relações intra-estatais para as relações interestatais — como fazem explicitamente Arrighi (1982), Cox (1983, 1987), Keohane (1984a), Gill (1986, 1993) e Gill e Law (1988), entre outros —, podemos estar simplesmente retrazendo, no sentido inverso, o processo mental de Gramsci. Assim fazendo, ficamos diante de dois problemas.

O primeiro concerne ao duplo sentido de “liderança”, sobretudo quando aplicada às relações entre Estados. Um Estado dominante exerce uma função hegemônica quando lidera o *sistema* de Estados numa direção desejada e, com isso, é percebido como buscando um interesse geral. É esse tipo de liderança que torna hegemônico o Estado dominante. Mas um Estado dominante também pode liderar no sentido de atrair os demais para sua própria via de desenvolvimento. Tomando de empréstimo uma expressão de Joseph Schumpeter (1963, p. 89), esse segundo tipo de liderança pode ser designado como “liderança contra a própria vontade”, porque, no correr do tempo, aumenta a competição pelo poder, em vez de aumentar o poder do Estado hegemônico. Esses dois tipos de liderança podem coexistir, ao menos por algum tempo. Mas só a liderança no primeiro sentido define uma situação como hegemônica.

O segundo problema concerne ao fato de que é mais difícil definir um interesse geral no nível do sistema interestatal do que no plano dos Estados individualmente considerados. Neste segundo nível, o aumento do poder do Estado perante outros Estados é um componente importante e, por si só, constitui uma medida da busca exitosa de um interesse geral (isto é, nacional). Mas o poder, nesse sentido, não pode aumentar para o sistema de Estados como um todo, por definição. Pode aumentar, é claro, para um grupo particular de nações à custa de todas as outras, mas a hegemonia do líder desse grupo é, quando muito, “regional” ou “de coalizão”, e não uma verdadeira hegemonia mundial.

As hegemonias mundiais, como aqui entendidas, só podem emergir quando a busca do poder pelos Estados inter-relacionados não é o único objetivo da ação estatal. Na verdade, a busca do poder no sistema interestatal é apenas um lado da moeda que define, conjuntamente, a estratégia e a estrutura dos Estados enquanto organizações. O outro lado é a maximização do poder perante os cidadãos. Portanto, um Estado pode tornar-se mundialmente hegemônico por estar apto

a alegar, com credibilidade, que é a força motriz de uma expansão geral do poder *coletivo* dos governantes perante os indivíduos. Ou, inversamente, pode tornar-se mundialmente hegemônico por ser capaz de afirmar, com credibilidade, que a expansão de seu poder em relação a um ou até a todos os outros Estados é do interesse geral dos cidadãos de todos eles.

É muito provável que as afirmações desse tipo sejam verdadeiras e confiáveis em condições de “caos sistêmico”. “Caos” não é o mesmo que “anarquia”. Embora seja comum usarem-se os dois termos indistintamente, a compreensão das origens sistêmicas das hegemonias mundiais exige que façamos uma distinção entre eles.

A “anarquia” designa a “ausência de um governo central”. Nesse sentido, o moderno sistema de nações soberanas e o sistema de governo da Europa medieval, de que ele emergiu, classificam-se como sistemas anárquicos. Todavia, cada um desses dois sistemas teve ou tem seus próprios princípios, normas, regras e procedimentos implícitos e explícitos, que justificam nossa referência a eles como “anarquias ordenadas” ou “ordens anárquicas”.

O conceito de “anarquia ordenada” foi originalmente introduzido por antropólogos que procuravam explicar a observável tendência dos sistemas “tribais” a gerar ordem a partir do conflito (Evans-Pritchard, 1940; Gluckman, 1963, cap. 1). Essa tendência mostrou-se atuante também nos sistemas de governo medieval e moderno, pois, também nesses sistemas, a “ausência de um governo central” não significou falta de organização e, dentro de certos limites, o conflito tendeu a gerar a ordem.

O “caos” e o “caos sistêmico”, em contraste, referem-se a uma situação de falta total, aparentemente irremediável, de organização. Trata-se de uma situação que surge por haver uma escalada do conflito para além do limite dentro do qual ele desperta poderosas tendências contrárias, ou porque um novo conjunto de regras e normas de comportamento é imposto ou brota de um conjunto mais antigo de regras e normas, sem anulá-lo, ou por uma combinação dessas duas circunstâncias. À medida que aumenta o caos sistêmico, a demanda de “ordem” — a velha ordem, uma nova ordem, qualquer ordem! — tende a se generalizar cada vez mais entre os governantes, os governados, ou ambos. Portanto, qualquer Estado ou grupo de Estados que esteja em condições de atender a essa demanda sistêmica de ordem tem a oportunidade de se tornar mundialmente hegemônico.

Historicamente, os Estados que aproveitaram com êxito essa oportunidade fizeram-no reconstituindo o sistema mundial em bases novas e mais amplas, restabelecendo assim uma certa medida de cooperação interestatal. Em outras palavras, as hegemonias mundiais não “ascenderam” e “declinaram” num sistema mundial que se tenha expandido independentemente, com base numa estrutura invariável, definida desta ou daquela maneira. Ao contrário, o sistema mundial

moderno se formou e se expandiu com base em recorrentes reestruturações fundamentais, lideradas e governadas por sucessivos Estados hegemônicos.

Essas reestruturações são um fenômeno característico do moderno sistema de governo, que emergiu da decadência e eventual desintegração do sistema de governo da Europa medieval. Como afirmou John Ruggie, há uma diferença fundamental entre os sistemas de governo (europeus) moderno e medieval. Ambos podem ser caracterizados como “anárquicos”, mas a anarquia, no sentido de “ausência de um governo central”, significa coisas diferentes, conforme os princípios com base nos quais as unidades do sistema sejam separadas umas das outras: “Se a anarquia nos diz *que* o sistema político é um campo segmentar, a diferenciação nos diz *com base em que* os segmentos são determinados” (Ruggie, 1983, p. 274, grifo no original).

O sistema medieval de governo consistia em cadeias de relações senhor-vassalo, baseadas num amálgama de propriedade condicional e autoridade privada. Em decorrência disso, “diferentes instâncias jurídicas foram geograficamente entrelaçadas e estratificadas, e as alianças plurais, as suseranias assimétricas e os enclaves anômalos foram abundantes” (Anderson, 1974, p. 37-8). Além disso, as elites governantes eram extremamente móveis *através* do espaço dessas jurisdições políticas superpostas, podendo “viajar e assumir o governo de uma ponta a outra do continente, sem hesitação ou dificuldade”. Por último, esse sistema de governo era “legitimado por corpos comuns de leis, religiões e costumes, que expressavam inclusive os direitos naturais pertinentes ao todo social formado pelas unidades constitutivas” (Ruggie, 1983, p. 275):

Em suma, tratava-se essencialmente de um sistema de governo segmentar; era a anarquia. Mas era uma forma de governo territorial segmentar que não tinha nenhuma das conotações de posse e exclusividade transmitidas pelo moderno conceito de soberania. Representava uma organização heterônoma dos direitos e reivindicações territoriais — do espaço político. (Ruggie, 1983, p. 275)

Em contraste com o sistema medieval, “o moderno sistema de governo consiste na institucionalização da autoridade pública em domínios jurisdicionais mutuamente excludentes” (Ruggie, 1983, p. 275). Os direitos de propriedade privada e os direitos de governo público tornam-se absolutos e distintos; as jurisdições políticas tornam-se exclusivas e são claramente demarcadas por fronteiras; a mobilidade das elites dominantes pelas jurisdições políticas se torna mais lenta e acaba por ser suspensa; a lei, a religião e os costumes tornam-se “nacionais”, ou seja, não sujeitos a nenhuma outra autoridade política senão a do soberano. Como disse Etienne Balibar (1990, p. 337),

uma divisão completa (sem “omissões”) e não passível de sobreposição do território e das populações (e portanto, dos recursos) do mundo entre as entidades políticas é pré-requisito para a correspondência entre a forma nacional e

todos os outros fenômenos para os quais ela tende. (...) Para cada indivíduo, uma nação, e para cada nação, seus “nacionais”.

Esse “devir” do moderno sistema de governo esteve estreitamente associado ao desenvolvimento do capitalismo como sistema de acumulação em escala mundial, como foi frisado na conceituação de Immanuel Wallerstein sobre o moderno sistema mundial como uma economia mundial capitalista. Em sua análise, a ascensão e expansão do moderno sistema interestatal foi tanto a principal causa quanto um efeito da interminável acumulação de capital: “O capitalismo pôde florescer precisamente porque a economia mundial teve dentro de seus limites, não um, mas uma multiplicidade de sistemas políticos” (Wallerstein, 1974a, p. 348). Ao mesmo tempo, a tendência dos grupos capitalistas a mobilizar seus respectivos Estados para favorecer sua posição competitiva na economia mundial reproduziu continuamente a segmentação do domínio político em jurisdições separadas (Wallerstein, 1974b, p. 402).

No esquema aqui proposto, o estreito vínculo histórico entre o capitalismo e o moderno sistema interestatal é marcado tanto pela contradição quanto pela unidade. Devemos levar em conta o fato de que “o capitalismo e os Estados nacionais cresceram juntos, e é de se presumir que tenham dependido um do outro de algum modo, mas os capitalistas e os centros de acumulação de capital, muitas vezes, ofereceram uma resistência deliberada à ampliação do poder do Estado” (Tilly, 1984, p. 140). Em nossa exposição, a divisão da economia mundial em jurisdições políticas concorrentes não necessariamente beneficia a acumulação capitalista de capital. Se ela o fará ou não, depende basicamente da forma e da intensidade da concorrência.

Assim, quando a competição interestatal assume a forma de intensos e prolongados conflitos armados, os custos dessa competição para as empresas capitalistas podem exceder os custos do governo centralizado que elas teriam de suportar num império mundial. Nessas circunstâncias, ao contrário, a lucratividade dos capitalistas pode muito bem ser minada e acabar sendo destruída por um desvio cada vez maior dos recursos para a iniciativa militar, e/ou por um desmantelamento cada vez maior das redes de produção e troca através das quais as empresas capitalistas se apropriam dos excedentes e os transformam em lucros.

Ao mesmo tempo, a competição entre empresas capitalistas não necessariamente promove a segmentação contínua do domínio político em jurisdições separadas. Também aqui, isso depende basicamente da forma e da intensidade da concorrência, nesse caso, entre as empresas capitalistas. Quando essas empresas estão entrelaçadas em densas redes transestatais de produção e troca, a segmentação dessas redes em jurisdições políticas distintas pode ter uma influência prejudicial na situação competitiva de toda e qualquer empresa capitalista em relação às instituições não capitalistas. Nessas circunstâncias, é bem

possível que as empresas capitalistas mobilizem os governos para que reduzam a divisão política da economia mundial, em vez de aumentá-la ou reproduzi-la.

Em outras palavras, a competição interestatal e interempresarial pode assumir formas diferentes, e a forma que assumem tem consequências importantes para o modo como o moderno sistema mundial — enquanto modo de governo e enquanto modo de acumulação — funciona ou deixa de funcionar. Não basta enfatizar a ligação histórica entre a concorrência interestatal e a interempresarial. Devemos também especificar a forma que ela assume e como se modifica no correr do tempo. Só desse modo podemos apreciar plenamente a natureza evolutiva do sistema mundial moderno e o papel desempenhado por sucessivas hegemonias mundiais na construção e reconstrução do sistema, a fim de solucionar a contradição recorrente entre uma “interminável” acumulação de capital e uma organização relativamente estável do espaço político.

Central para esse entendimento é a definição de “capitalismo” e “territorialismo” como modos opostos de governo ou de lógica do poder. Os governantes territorialistas identificam o poder com a extensão e a densidade populacional de seus domínios, concebendo a riqueza/o capital como um meio ou um subproduto da busca de expansão territorial. Os governantes capitalistas, ao contrário, identificam o poder com a extensão de seu controle sobre os recursos escassos e consideram as aquisições territoriais um meio e um subproduto da acumulação de capital.

Parafraseando a fórmula geral de Marx sobre a produção capitalista (DMD'), podemos traduzir a diferença entre essas duas lógicas do poder pelas fórmulas TDT' e DTD', respectivamente. Segundo a primeira fórmula, o domínio econômico abstrato, ou o dinheiro (D), é um meio ou um elo intermediário num processo voltado para a aquisição de territórios adicionais ( $T' - T = + \Delta T$ ). De acordo com a segunda fórmula, o território (T) é um meio ou um elo intermediário num processo voltado para a aquisição de meios de pagamento adicionais ( $D' - D = + \Delta D$ ).

A diferença entre essas duas lógicas também pode ser expressa pela metáfora que define os Estados como “continentes de poder” (Giddens, 1987). Os governantes territorialistas tendem a aumentar seu poder expandindo as dimensões de seu “continente”. Os governantes capitalistas, em contraste, tendem a aumentar seu poder acumulando riqueza dentro de um pequeno “continente”, e a só aumentar as dimensões deste último se isso for justificável pelos requisitos da acumulação de capital.

A antinomia entre a lógica capitalista e a lógica territorialista do poder não deve ser confundida com a distinção de Charles Tilly entre um modo de gestão do Estado e da guerra “com alto coeficiente de coerção”, outro “com alto coeficiente de capital”, e um modo intermediário de “coerção capitalizada”. Esses modos, como explica Tilly (1990, p. 30), não representam “estratégias” alterna-

tivas de poder. Representam, antes, diferentes combinações de coerção e capital em processos de gestão do Estado e da guerra que podem ser orientados para um mesmo objetivo, no que concerne à aquisição de controle sobre o território/população ou sobre os meios de pagamento. Esses “modos” são neutros quanto à finalidade do processo de gestão do Estado para o qual contribuem.

Tal como definidos aqui, em contraste, capitalismo e territorialismo representam estratégias alternativas de formação do Estado. Na estratégia territorialista, o controle do território e da população é o objetivo da gestão do Estado e da guerra, enquanto o controle do capital circulante é o meio. Na estratégia capitalista, a relação entre os meios e os fins se inverte: o controle do capital circulante é o objetivo, enquanto o controle do território e da população é o meio. Essa antinomia não implica coisa alguma no tocante à intensidade da coerção empregada na busca do poder por qualquer dessas estratégias. Como veremos, a república veneziana, no auge de seu poder, era, ao mesmo tempo, a mais clara encarnação de uma lógica capitalista do poder e de uma formação estatal intensamente coercitiva. O que essa antinomia implica é que o aspecto realmente inovador do processo de formação do Estado veneziano e do sistema de cidades-Estados a que Veneza pertencia não foi com que intensidade esse processo dependeu da coerção, mas com que intensidade ele se orientou para a acumulação de capital, e não para a incorporação de territórios e populações.

A estrutura lógica da ação estatal no que diz respeito à aquisição de territórios e à acumulação de capital não deve ser confundida com os resultados efetivos. Historicamente, as lógicas capitalista e territorialista do poder não funcionaram isoladamente uma da outra, mas relacionadas entre si num dado contexto espaço-temporal. Como consequência, os resultados desviaram-se significativamente, ou até diametralmente, do que estava implícito em cada lógica, concebida em termos abstratos.

Assim, historicamente, a tendência mais acentuada para a expansão territorial brotou da sementeira do capitalismo político (a Europa), e não da sede do império territorialista mais desenvolvido e mais bem-estabelecido (a China). Essa discrepância não se deveu a diferenças iniciais de capacidade. “Pelo que nos dizem os historiadores e arqueólogos sobre o tamanho, o poder e a qualidade naval da marinha de Cheng Ho”, observa Paul Kennedy (1987, p. 7), “[os chineses] bem poderiam ter sido capazes de circunavegar a África e ‘descobrir’ Portugal, várias décadas antes que as expedições de Henrique, o Navegador, começassem a abrir caminho insistentemente ao sul de Ceuta.” Depois das exitosas expedições do almirante Cheng Ho ao oceano Índico, entretanto, a China da dinastia Ming recolheu sua frota, restringiu o comércio marítimo e suspendeu relações com as nações estrangeiras. Segundo Janet Abu-Lughod, a razão pela qual a China dos Ming decidiu fazer isso, em vez de dar os últimos passos para se tornar realmente hegemônica no sistema mundial eurasiático, “tem confundido os estudiosos sé-

rios — a rigor, causado desespero entre eles —, pelo menos durante os últimos cem anos”. Mais especificamente, depois de haver chegado

(...) perto de exercer o controle sobre uma parcela significativa do globo e de desfrutar de uma vantagem tecnológica, não apenas na produção dos tempos de paz mas também no poderio naval e militar (...), por que [a China] voltou as costas, recolheu sua esquadra e, com isso, deixou um enorme vazio de poder, que os mercadores muçulmanos, sem o apoio do poder marítimo estatal, estavam totalmente despreparados para preencher, mas que seus correspondentes europeus estariam mais do que dispostos e aptos a ocupar — depois de um hiato de uns setenta anos? (Abu-Lughod, 1989, p. 321-2)

Na verdade, é bastante simples descobrir a razão por que a China dos Ming absteve-se deliberadamente de empreender o tipo de “descobrimento” e conquista do mundo em que sucessivas nações européias começaram a concentrar suas energias e recursos, pouco tempo depois. Como assinalou Eric Wolf, a Ásia fora, desde a época dos romanos, uma fornecedora de produtos valorizados para as classes coletoras de tributos da Europa e, com isso, havia exercido uma poderosa atração sobre os metais preciosos da Europa. Esse desequilíbrio estrutural do comércio europeu com o Oriente criava um forte incentivo para que os governos e os negociantes europeus buscassem meios e modos, através do comércio ou da conquista, de recuperar o poder aquisitivo que era implacavelmente drenado do Ocidente para o Oriente. Como observaria Charles Davenant no século XVII, quem controlasse o comércio asiático estaria em condições de “ditar as regras para todo o mundo comercial” (Wolf, 1982, p. 125).

Decorre daí que, para Portugal e outros Estados europeus, os benefícios que se poderiam esperar da descoberta e controle de uma rota direta para o Oriente eram incomparavelmente maiores do que, para o Estado chinês, os benefícios que se poderiam esperar da descoberta e controle de uma rota direta para o Ocidente. Cristóvão Colombo tropeçou nas Américas porque ele e seus patrocinadores de Castela tinham um tesouro a recuperar no Oriente. Cheng Ho não teve a mesma sorte, porque não havia nenhum tesouro a recuperar no Ocidente.

Em outras palavras, a decisão de não fazer o que os europeus fariam tempos depois é perfeitamente compreensível à luz de uma lógica territorialista do poder, que pesou cuidadosamente os benefícios, os custos e os riscos esperáveis do comprometimento de recursos adicionais na expansão territorial e comercial do império. Em relação a isso, convém notar que no caso da China Imperial não tem a menor validade a tese de Joseph Schumpeter (1955, p. 64-5) de que as organizações estatais pré-capitalistas caracterizaram-se por fortes tendências, sem propósitos claro, “para a expansão à força, sem limites utilitários definidos — isto é, inclinações puramente instintivas, insensatas e irracionais para a guerra e a conquista”. Com o devido respeito a Schumpeter, uma lógica estritamente territorialista de poder, tal como conceituada aqui e idealmente tipificada pela

China Imperial nas eras pré-moderna e moderna, não é mais nem menos “racional” do que uma lógica de poder estritamente capitalista. Trata-se, antes, de uma lógica diferente, na qual o controle do território e da população é, em si mesmo, o objetivo das atividades de gestão do Estado e da guerra, e não um simples meio na busca do lucro pecuniário. O fato de tal controle ser buscado como um fim em si não significa que sua expansão não esteja sujeita a “limites utilitários definidos”. Tampouco significa que a expansão seja irrefletidamente realizada além do ponto em que seus benefícios projetados, em termos de poder, são negativos ou positivos, mas insuficientes para justificar os riscos implicados num ou noutra tipo de “hiperexpansionismo imperial”.

Na verdade, o Estado imperial chinês constitui o mais claro exemplo histórico de uma organização territorialista que jamais caiu na armadilha do tipo de hiperexpansionismo a que Paul Kennedy (1987) atribuiu a eventual queda de sucessivas grandes potências ocidentais. O mais intrigante, em termos de uma lógica do poder estritamente territorialista, não é a falta de um impulso expansionista na China dos Ming, mas o expansionismo aparentemente ilimitado dos Estados europeus desde a segunda metade do século XV. Os extraordinários benefícios que os governos e empresas europeus puderam colher, ao assumir o controle do comércio na e com a Ásia, fornecem parte da explicação. Não obstante, eles não respondem três perguntas estreitamente interligadas: (1) por que esse expansionismo sem precedentes começou quando começou; (2) por que prosseguiu, sem ser impedido pela queda de um Estado ocidental após outro, até a quase totalidade da superfície terrestre do planeta ter sido conquistada por povos de ascendência européia; e (3) se e como esse fenômeno se relacionou com a formação contemporânea e a expansão igualmente explosiva do capitalismo como sistema mundial de acumulação e governo.

#### AS ORIGENS DO MODERNO SISTEMA INTERESTATAL

É possível buscar e encontrar respostas preliminares para essas perguntas numa investigação das origens, estrutura e evolução do moderno sistema interestatal. O aspecto crucial desse sistema foi a oposição constante entre as lógicas capitalista e territorialista do poder, bem como a recorrente resolução de suas contradições através da reorganização do espaço político-econômico mundial pelo principal Estado capitalista de cada época. Essa dialética entre capitalismo e territorialismo é anterior ao estabelecimento, no século XVII, de um sistema interestatal pan-europeu. Suas origens residem na formação, dentro do sistema medieval de governo, de um subsistema regional de cidades-Estados capitalistas no norte da Itália.

Inicialmente, o subsistema regional de cidades-Estados capitalistas que emergiu na Itália setentrional não foi mais do que um dos “enclaves anômalos” que

se multiplicaram no espaço político do sistema de governo medieval, como nos lembra Perry Anderson na passagem anteriormente citada. Mas, à medida que se acelerou a decadência do sistema de governo medieval, o enclave capitalista da Itália setentrional organizou-se num subsistema de jurisdições políticas separadas e independentes, unidas pelo princípio do equilíbrio do poder e por densas e vastas redes de diplomacia com sedes permanentes. Como enfatizaram Mattingly (1988), Cox (1959), Lane (1966, 1979), Braudel (1984, cap. 2) e McNeill (1984, cap. 3), de maneiras diferentes mas complementares esse subsistema de cidades-Estados, centrado em Veneza, Florença, Gênova e Milão — as “quatro grandes”, como Robert Lopez (1976, p. 99) as denominou —, antecipou em pelo menos dois séculos muitas das principais características do moderno sistema interestatal. Como disse Ruggie (1993, p. 166), os europeus inventaram o Estado moderno, não uma, mas duas vezes, “uma nas grandes cidades do Renascimento italiano e outra, novamente, nos reinos situados ao norte dos Alpes, algum tempo depois”.

Quatro grandes aspectos desse sistema foram prefigurados no subsistema de cidades-Estados da Itália setentrional. Primeiro, esse subsistema constituiu um sistema essencialmente capitalista de gestão do Estado e da guerra. O Estado mais poderoso do subsistema, Veneza, é o verdadeiro protótipo do Estado capitalista, no duplo sentido de “exemplo perfeito” e “modelo para os exemplos futuros” desse tipo de Estado. Uma oligarquia mercantil capitalista detinha firmemente o poder estatal. As aquisições territoriais eram submetidas a criteriosas análises de custo-benefício e, em geral, só eram efetuadas como um meio visando à finalidade de aumentar a lucratividade do comércio da oligarquia capitalista que exercia o poder estatal (Cox, 1959, cap. 2-5; Lane, 1966, p. 57; Braudel, 1984, p. 120-1; Modelski e Modelski, 1988, p. 19-32).

Com a devida vênia de Sombart, se houve algum dia um Estado cujo executivo atendeu aos padrões do Estado capitalista descrito no *Manifesto comunista* (“apenas um comitê para administrar os negócios comuns de toda a burguesia” — Marx e Engels, 1967, p. 82), ele foi a Veneza do século XV. Vistos por esse ângulo, os grandes Estados capitalistas de épocas futuras (as Províncias Unidas, o Reino Unido, os Estados Unidos) afiguram-se versões cada vez mais diluídas dos padrões ideais materializados por Veneza séculos antes.

Segundo, o “equilíbrio de poder” desempenhou um papel crucial em três níveis diferentes da promoção do desenvolvimento desse enclave de governo capitalista em pleno sistema medieval. O equilíbrio de poder entre as autoridades centrais do sistema medieval (o papa e o imperador) ajudou que um enclave capitalista organizado se estabelecesse no norte da Itália — o *locus* geopolítico desse equilíbrio. O equilíbrio de poder entre as próprias cidades-Estados da Itália setentrional ajudou a preservar sua separação e autonomia. E o equilíbrio de poder entre os Estados dinásticos emergentes da Europa Ocidental ajudou a impedir

que a lógica do territorialismo cortasse pela raiz a ascensão de uma lógica capitalista no interior do sistema europeu de governo (cf. Mattingly, 1988; McNeill, 1984, cap. 3).

Assim, o equilíbrio de poder sempre foi parte integrante do desenvolvimento do capitalismo como modo de governo. Na verdade, ele pode ser interpretado como um mecanismo por meio do qual os Estados capitalistas, separadamente ou em conjunto, conseguem reduzir os custos de proteção, tanto em termos absolutos quanto em relação a seus concorrentes e rivais. Mas para que o equilíbrio de poder seja esse mecanismo, ou se transforme nele, o(s) Estado(s) capitalista(s) deve(m) estar em condições de manipular o equilíbrio em benefício próprio, em vez de ser(em) apenas um parafuso numa engrenagem que ninguém controla, ou que algum outro controla. Quando o equilíbrio de poder só pode ser mantido através de guerras repetidas e dispendiosas, a participação nele derruba a finalidade do(s) Estado(s) capitalista(s), pois o custo pecuniário dessas guerras tende, inevitavelmente, a ultrapassar seus benefícios pecuniários. O segredo do sucesso capitalista é fazer com que as próprias guerras sejam travadas por outrem, se possível sem nenhum custo e, se isso for inviável, com o menor custo possível.

Terceiro, ao desenvolver relações de assalariamento no que Frederic Lane (1979) habilmente denominou de “indústria da produção de proteção”, ou seja, a gestão da guerra e do Estado, as cidades-Estados italianas conseguiram transformar ao menos uma parte de suas despesas de proteção em receita e, com isso, fazer com que as guerras se autocusteassem:

Circulava dinheiro [suficiente] nas cidades italianas mais ricas para possibilitar aos cidadãos tributar a si mesmos e usar a receita para comprar os serviços de estrangeiros armados. Com o simples gasto de seus soldos, os soldados contratados repunham esses valores em circulação. Com isso, eles intensificaram as trocas mercantis que permitiram a essas cidades comercializar, antes de mais nada, a violência armada. Desse modo, o sistema emergente tendeu a conseguir sustentar a si mesmo. (McNeill, 1984, p. 74)

Na verdade, o sistema emergente só pôde tornar-se auto-suficiente até certo ponto. Segundo essa caracterização, as cidades-Estados italianas praticavam uma espécie de “keynesianismo militar” em pequena escala — uma prática mediante a qual os gastos militares aumentam a renda dos cidadãos do Estado que faz as despesas, com isso elevando a receita tributária e a capacidade de financiar novas rodadas de gastos militares. Como em todos os tipos subsequentes de keynesianismo militar, entretanto, a “auto-expansão” dos gastos militares foi rigorosamente limitada pelas fugas permanentes da demanda efetiva para outras jurisdições, pela inflação de custos e por outros efeitos redistributivos dos gastos militares crescentes, que reduziram a disposição das camadas capitalistas de tributar a si mesmas ou ser tributadas para esse fim.

Quarto e último, os governantes capitalistas das cidades-Estados da Itália setentrional (mais uma vez, Veneza em primeiro lugar) assumiram a liderança do desenvolvimento de densas e vastas redes de diplomacia com sedes permanentes. Através dessas redes, eles adquiriam os conhecimentos e informações concernentes às ambições e possibilidades dos outros governantes (inclusive os governantes territorialistas do sistema de governo medieval mais amplo, dentro do qual funcionavam), que eram necessários para manipular o equilíbrio de poder, a fim de minimizar os custos de proteção. Assim como a lucratividade do comércio a longa distância dependia, de forma crucial, do controle quase monopolista da informação no mais amplo espaço econômico possível (Braudel, 1982), também a capacidade dos governantes capitalistas de administrar o equilíbrio de poder em benefício próprio dependia, novamente de forma crucial, de um conhecimento e uma capacidade de monitoração quase monopolistas dos processos decisórios dos outros governantes.

Era essa a função da diplomacia residente. Comparados aos governantes territorialistas, os governantes capitalistas tinham motivações mais fortes e oportunidades maiores de promover o desenvolvimento: motivações mais fortes, porque o conhecimento superior das ambições e possibilidades dos governantes era essencial à administração do equilíbrio de poder, que, por sua vez, era central para se economizar na gestão do Estado e da guerra; oportunidades maiores, porque as redes de comércio a longa distância, controladas pelas oligarquias capitalistas, proporcionavam uma base pronta e autofinanciada, sobre a qual se podiam construir redes diplomáticas (Mattingly, 1988, p. 58-60). Seja como for, as realizações da diplomacia na consolidação do sistema de cidades-Estados da Itália setentrional — muito especialmente o Pacto de Lodi, de 1454 — forneceram um modelo para a formação, dois séculos depois, do sistema europeu de Estados nacionais (Mattingly, 1988, p. 178).

Portanto, a acumulação de capital proveniente do comércio a longa distância e das altas finanças, a administração do equilíbrio do poder, a comercialização da guerra e o desenvolvimento da diplomacia residente complementaram-se mutuamente e, durante um século ou mais, promoveram uma extraordinária concentração de riqueza e poder nas mãos das oligarquias que dominavam as cidades-Estados do norte da Itália. Por volta de 1420, as principais dessas cidades-Estados não apenas funcionavam como grandes potências na política europeia (McNeill, 1984, p. 78), mas tinham receitas que podiam ser muito favoravelmente comparadas com as dos Estados dinásticos mais bem-sucedidos da Europa Ocidental e do noroeste europeu (Braudel, 1984, p. 120). Com isso, elas mostraram que até os pequenos territórios podiam transformar-se em imensos continentes de poder, buscando acumular apenas riqueza, em vez de adquirir mais territórios e súditos. Daí por diante, as “considerações de abastança” iriam tornar-se centrais nas “considerações de poder” em toda a Europa.

Mas, individual ou coletivamente, as cidades-Estados italianas nunca tentaram promover uma transformação deliberada do sistema de governo medieval. Por razões que se evidenciarão mais adiante, elas não tinham nem o desejo nem a capacidade de realizar essa ação transformadora. Mais dois séculos teriam que passar — de mais ou menos 1450 até cerca de 1650 (o “longo século XVI” de Braudel) — para que um novo tipo de Estado capitalista, as Províncias Unidas, tivesse e aproveitasse a oportunidade de transformar o sistema de governo europeu, de modo a atender às necessidades de uma acumulação de capital em escala mundial.

Essa nova situação surgiu como resultado de um salto quantitativo na luta europeia pelo poder, precipitado pelas tentativas de governantes territorialistas de incorporar em seus domínios — ou impedir que outros incorporassem — a riqueza e o poder das cidades-Estados italianas. Como se constatou, a conquista direta revelou-se impossível, por causa, principalmente, da competição entre os próprios governantes territorialistas. Nessa luta pelo impossível, contudo, alguns Estados territoriais seletos — a Espanha e a França, em particular — desenvolveram novas técnicas de guerra (os *tercios* espanhóis, os exércitos profissionais permanentes, canhões móveis para os cercos, novas fortificações etc) que lhes deram uma vantagem decisiva em termos de poder frente aos outros governantes, inclusive as autoridades supra-estatais e subestatais do sistema de governo medieval (cf. McNeill, 1984, p. 79-95).

A intensificação da luta pelo poder na Europa logo se fez acompanhar por uma expansão geográfica. Alguns governantes territorialistas buscaram meios mais indiretos de incorporar em seus domínios a riqueza e o poder das cidades-Estados italianas. Em vez de buscar a anexação dessas cidades-Estados, ou além disso, esses governantes tentaram conquistar as próprias fontes de sua riqueza e poder, os circuitos do comércio de longo curso.

Mais especificamente, o sucesso das cidades-Estados italianas em geral, e de Veneza em particular, baseava-se, acima de tudo, no controle monopolista de um elo crucial na cadeia de trocas comerciais que ligava a Europa Ocidental à Índia e à China, através do mundo islâmico. Nenhum Estado territorial tinha força suficiente para tomar posse desse monopólio, mas alguns governantes territorialistas podiam tentar — e tentaram — estabelecer uma ligação mais direta entre a Europa Ocidental e a Índia e a China, a fim de desviar os fluxos monetários e os suprimentos dos circuitos comerciais venezianos para os deles mesmos. Portugal e Espanha tomaram a dianteira, liderados e assistidos por agentes capitalistas genoveses expulsos por Veneza do comércio mais lucrativo do Mediterrâneo. Enquanto Portugal teve êxito, a Espanha fracassou, mas tropeçou numa fonte inteiramente nova de riqueza e poder: as Américas.

A intensificação e a expansão global da luta europeia pelo poder alimentaram-se mutuamente e, com isso, geraram um círculo vicioso/virtuoso — vicioso

para suas vítimas, virtuoso para seus beneficiários — de uma quantidade cada vez maior de recursos maciços e de técnicas crescentemente sofisticadas e dispendiosas de gestão do Estado e da guerra, usados na luta pelo poder. Técnicas que se haviam desenvolvido na luta dentro da Europa foram usadas para subjugar territórios e comunidades extra-europeus; riqueza e poder provenientes da subjugação desses territórios e comunidades foram usados na luta dentro da Europa (McNeill, 1984, p. 94-5, 100ss).

Inicialmente, o Estado que mais se beneficiou desse círculo vicioso/virtuoso foi a Espanha, o único a ser protagonista simultâneo da luta pelo poder nas frentes européias e extra-européias. Durante todo o século XVI, o poder da Espanha ultrapassou o dos outros Estados europeus, sem exceção, por uma boa margem. Esse poder, contudo, ao invés de ser usado para supervisionar uma transição suave para o moderno sistema de governo, tornou-se um instrumento da Casa Imperial dos Habsburgo e do papado para salvar o que pudesse ser salvo do sistema de governo medieval, então em processo de desintegração.

Na realidade, pouco ou nada podia ser salvo, porque o salto quantitativo havido na luta européia pelo poder desde meados do século XV levava a desintegração do sistema medieval para além de um ponto de irreversibilidade. Haviam emergido no noroeste da Europa novas realidades de poder, que, em graus variáveis, tinham incluído a lógica capitalista de poder na lógica territorialista. O resultado foi a formação de mini-impérios compactos cujos melhores exemplos foram os Estados dinásticos francês, inglês e sueco. Individualmente, eles não podiam equiparar-se ao poderio da Espanha, mas coletivamente não podiam ser subordinados a nenhuma autoridade política central, velha ou nova. A tentativa da Espanha, juntamente com o papado e a Casa Imperial de Habsburgo, de desfazer ou subordinar essas novas realidades de poder não apenas fracassou, como também traduziu-se numa situação de caos sistêmico que criou as condições para a ascensão da hegemonia holandesa e a liquidação final do sistema de governo medieval.

O conflito sofreu uma rápida escalada, que superou as capacidades reguladoras do sistema de governo medieval e transformou suas instituições noutras tantas novas causas de conflito. Como consequência, a luta européia pelo poder tornou-se cada vez mais um jogo de soma negativa, no qual todos os governantes europeus, ou a maioria deles, começaram a se dar conta de que não tinham nada a ganhar e tudo a perder com sua continuação. O fator mais importante, nesse aspecto, foi a súbita escalada do conflito social sistêmico, que o converteu numa séria ameaça ao poder coletivo dos governantes europeus.

Como escreveu Marc Bloch, “[a] revolta dos camponeses era tão comum na Europa do início da Idade Moderna quanto são as greves nas sociedades industrializadas de hoje” (citado em Parker e Smith, 1985). Mas, no fim do século XVI e sobretudo na primeira metade do século XVII, essa inquietação rural foi agrava-

da por revoltas urbanas numa escala sem precedentes — revoltas que eram dirigidas, não contra os “empregadores”, mas contra o próprio Estado. Na Inglaterra, a Revolução Puritana foi o episódio mais dramático dessa explosiva combinação de revoltas rurais e urbanas, mas quase todos os governantes europeus foram diretamente afetados ou se sentiram seriamente ameaçados pela sublevação social (Parker e Smith, 1985, p. 12ss).

Essa intensificação sistêmica do conflito social foi um resultado direto da escalada, que a antecedeu e ainda estava em curso, dos conflitos armados entre os governantes. De cerca de 1550 até aproximadamente 1640, o número de soldados mobilizados pelas grandes nações da Europa mais do que duplicou, e de 1530 a 1630 o custo da colocação de cada um desses soldados no campo de batalha teve um aumento médio de cinco vezes (Parker e Smith, 1985, p. 14). Essa escalada dos custos de proteção levou a um aumento acentuado da pressão fiscal sobre os súditos, que, por sua vez, desencadeou muitas das revoltas do século XVII (Steensgaard, 1985, p. 42-4).

Paralelamente a essa escalada dos custos de proteção, houve uma escalada na luta ideológica. A progressiva desarticulação do sistema de governo medieval levou a uma mistura de propostas religiosas inovadoras e restauradoras, vindas de cima, seguindo o princípio do *cuius regio eius religio*,\* que provocou o ressentimento popular e rebeliões contra ambas (Parker e Smith, 1985, p. 15-8). À medida que os governantes transformaram a religião num instrumento de suas lutas pelo poder, os súditos seguiram seu exemplo e transformaram a religião num instrumento de insurreição contra os governantes.

Por fim, mas não menos importante, a escalada dos conflitos armados entre os governantes desarticulou as redes transeuropéias de comércio, de que eles dependiam para obter recursos de guerra e de que os súditos dependiam para sobreviver. Os custos e riscos do deslocamento de mercadorias através das jurisdições políticas aumentaram dramaticamente, e o abastecimento foi desviado da provisão de meios de subsistência para a provisão de meios de guerra. É lícito supor que essa ruptura e essa distorção dos fluxos comerciais tenham contribuído, de um modo muito mais decisivo do que os fatores demográficos e climáticos, para o súbito agravamento do problema da vadiagem e para a “crise de subsistência”, que constituíram o pano de fundo social e econômico da crise geral de legitimidade do século XVII (cf. Braudel e Spooner, 1967; Romano, 1985; Goldstone, 1991).

Quaisquer que tenham sido as tendências que causaram a insurgência popular, o resultado foi um aguçamento da consciência, entre os governantes europeus, de seu interesse comum de poder perante seus súditos. Como declarou Jaime I numa etapa inicial da crise generalizada, existia “entre os reis um laço

---

\* “A religião é de quem possui a região.” (N. da T.)

implícito que os obriga, ainda que não haja nenhum outro interesse ou compromisso particular, a se manterem unidos e a ajudarem uns aos outros no que diz respeito à insurreição dos súditos” (citado em Hill, 1958, p. 126). Em condições normais, esse “laço implícito” tinha pouca ou nenhuma influência sobre a conduta dos governantes. Mas, nas ocasiões em que a autoridade de todos ou da maioria deles era seriamente contestada por seus súditos — como aconteceu em meados do século XVII —, o interesse geral dos governantes de preservar coletivamente seu poder sobre os súditos ofuscava suas disputas e seus antagonismos.

Foi nessas circunstâncias que as Províncias Unidas tornaram-se hegemônicas, conduzindo uma grande e poderosa coalizão de Estados dinásticos à liquidação do sistema de governo medieval e ao estabelecimento do moderno sistema interestatal. No decorrer de sua luta anterior por tornar sua nação independente da Espanha, os holandeses já haviam firmado uma sólida liderança intelectual e moral entre os Estados dinásticos do noroeste da Europa, que figuravam entre os principais beneficiários da desintegração do sistema de governo medieval. À medida que aumentou o caos sistêmico durante a Guerra dos Trinta Anos, “[o]s fios da diplomacia [passaram a ser] tecidos e desemaranhados em Haia” (Braudel, 1984, p. 203). As propostas holandesas para uma grande reorganização do sistema pan-europeu de governo conquistaram mais e mais defensores entre os governantes da Europa, até que a Espanha ficou completamente isolada.

Com o Tratado de Vestfália, de 1648, emergiu, pois, um novo sistema mundial de governo:

A idéia de uma autoridade ou organização acima dos Estados soberanos deixou de existir. O que veio tomar seu lugar foi a idéia de que todos os Estados compunham um sistema político mundial, ou, pelo menos, de que os Estados da Europa Ocidental formavam um único sistema político. Esse novo sistema fundamentou-se no direito internacional e no equilíbrio de poder — um direito exercido entre os Estados, e não acima deles, e um poder atuante entre os Estados, e não acima deles. (Gross, 1968, p. 54-5)

O sistema mundial de governo criado em Vestfália teve também um objetivo social. À medida que os governantes legitimaram seus respectivos direitos absolutos de governo sobre territórios mutuamente excludentes, estabeleceu-se o princípio de que os civis não estavam comprometidos com as disputas entre os soberanos. A aplicação mais importante desse princípio deu-se no campo do comércio. Nos tratados que se seguiram ao Tratado de Vestfália, inseriu-se uma cláusula que visava a restabelecer a liberdade de comércio, abolindo as barreiras comerciais que se haviam desenvolvido no curso da Guerra dos Trinta Anos. Acordos subseqüentes introduziram normas para proteger a propriedade e o comércio dos não-combatentes. Assim, a limitação das represálias pelo bem do comércio, que fora típica do sistema de cidades-Estados da Itália setentrional

(Sereni, 1943, p. 43-9), encontrou acolhida entre as normas e regras do sistema europeu de Estados nacionais.

Portanto, estabeleceu-se um regime interestatal em que foram minimizados os impactos que a guerra entre os soberanos causava na vida cotidiana dos súditos:

O século XVIII assistiu a muitas guerras, mas, no que diz respeito à liberdade e à amabilidade do intercâmbio entre as classes cultas dos principais países europeus, tendo o francês como língua comum reconhecida, ele foi o período mais "internacional" da história moderna. Os civis podiam circular de um lado para outro e transacionar livremente seus negócios enquanto seus respectivos soberanos estavam em guerra. (Carr, 1945, p. 4)

O caos sistêmico do início do século XVII, portanto, foi transformado numa nova ordem anárquica. A considerável liberdade assegurada à iniciativa privada, para organizar pacificamente o comércio através das jurisdições políticas, mesmo em tempos de guerra, refletiu não apenas o interesse geral de governantes e súditos no abastecimento confiável de meios de guerra e de subsistência, mas também os interesses particulares da oligarquia capitalista holandesa numa acumulação irrestrita de capital. Essa reorganização do espaço político a bem da acumulação de capital marcou o nascimento, não só do moderno sistema interestatal, mas também do capitalismo como sistema mundial. Não são difíceis de descobrir as razões de ela haver ocorrido no século XVII, sob a liderança holandesa, e não no século XV, sob a liderança veneziana.

A mais importante, que abrange todas as outras, é que, no século XV, o caos sistêmico não havia atingido a escala e a intensidade que, dois séculos depois, induziriam os governantes europeus a reconhecer como sendo de seu interesse geral a extinção do sistema de governo medieval. A própria oligarquia capitalista veneziana saía-se tão bem dentro daquele sistema que não tinha interesse em sua extinção. De qualquer modo, o sistema de cidades-Estados italianas era um subsistema regional, continuamente dilacerado por potências maiores e menores do sistema mundial mais amplo a que pertencia. As rivalidades políticas e as alianças diplomáticas não podiam ficar restritas ao subsistema. Sistemáticamente, elas colocavam na arena governantes territorialistas, que mantinham permanentemente na defensiva as oligarquias capitalistas do norte da Itália.

No começo do século XVII, em contraste, o ressurgimento do caos sistêmico criou nos governantes europeus um interesse geral numa grande racionalização da luta pelo poder. Criou também uma oligarquia capitalista com as motivações e as aptidões necessárias para assumir a dianteira a serviço desse interesse geral. A oligarquia capitalista holandesa era, em alguns aspectos importantes, uma réplica da veneziana. Tal como esta, era portadora da lógica capitalista de poder e, por isso, um líder na administração do equilíbrio de poder e das iniciativas e inovações diplomáticas. Ao contrário da veneziana, entretanto, ela foi mais um

produto do que um fator no salto quantitativo da luta europeia pelo poder instigada pela emergência de Estados capitalistas no norte da Itália. Essa diferença teve várias implicações importantes.

Primeiro, a escala de operação e, por conseguinte, o poder da oligarquia capitalista holandesa na política europeia e mundial foram muito maiores que os de Veneza. A riqueza e o poder de Veneza baseavam-se num circuito comercial, que, por seu turno, era um elo num circuito muito mais longo, que a própria Veneza não controlava. Como vimos, esse elo local podia ser e foi suplantado por circuitos comerciais mais indiretos. A riqueza e o poder da Holanda, ao contrário, basearam-se em redes comerciais e financeiras que a oligarquia capitalista holandesa havia tecido a partir dos impérios ultramarinos e coloniais, através dos quais, aliados à oligarquia capitalista genovesa, os governantes territorialistas de Portugal e Espanha haviam suplantado a riqueza e o poder de Veneza.

Não era fácil contornar ou superar essas redes, que circundavam o mundo. Na verdade, a riqueza e o poder da oligarquia capitalista holandesa fundamentaram-se mais em seu controle das redes financeiras do que no das redes comerciais. Isso significa que ela era menos vulnerável do que a oligarquia capitalista veneziana à criação de rotas comerciais rivais ou ao aumento da concorrência numa dada rota. À medida que se intensificou a competição no comércio a longa distância, os oligarcas holandeses puderam recuperar seus prejuízos e encontrar um novo campo de investimentos lucrativos na especulação financeira. Assim, a oligarquia capitalista holandesa detinha o poder de se erguer acima da competição e usá-la em seu próprio benefício.

Em segundo lugar, os interesses da oligarquia capitalista holandesa chocavam-se muito mais fundamentalmente com os interesses das autoridades centrais do sistema de governo medieval do que jamais tinham feito os interesses da oligarquia capitalista veneziana. Como demonstrou a história do “longo século XVI”, a riqueza e o poder de Veneza eram mais essencialmente ameaçados pelo poder crescente dos Estados dinásticos do sul e do noroeste da Europa, que estavam emergindo da desintegração do sistema de governo medieval, do que pelo poder decrescente do papado e da Casa Imperial.

A oligarquia capitalista holandesa, em contraste, tinha um sólido interesse comum com os Estados dinásticos emergentes em acabar com as reivindicações do papa e do imperador, que pretendiam constituir uma autoridade moral e política supra-estatal incorporada às pretensões imperialistas da Espanha. Em consequência de sua guerra de independência de oitenta anos contra a Espanha Imperial, os holandeses tornaram-se defensores e organizadores das aspirações protonacionalistas dos governantes dinásticos. Ao mesmo tempo, buscaram continuamente meios e modos de impedir que o conflito ultrapassasse um ponto em que as bases comerciais e financeiras de sua riqueza e poder fossem seriamente abaladas. Assim, perseguindo seus próprios interesses, a oligarquia capitalista holandesa

passou a ser percebida como a defensora, não apenas da independência em relação às autoridades centrais do sistema medieval de governo, mas também de um interesse geral pela paz, que este último já não era capaz de atender.

Em terceiro lugar, a capacidade bélica da oligarquia capitalista holandesa ultrapassou em muito a da oligarquia veneziana. A capacidade desta era estreitamente relacionada com a posição geográfica de Veneza e tinha pouca serventia além dessa posição, particularmente depois dos grandes avanços havidos nas técnicas de guerra no “longo século XVI”. A capacidade da oligarquia holandesa, por outro lado, baseou-se numa exitosa participação na linha de frente desse processo. Aliás, os holandeses foram líderes não apenas na acumulação de capital, mas também na racionalização das técnicas militares.

Ao redescobrir e levar à perfeição técnicas militares romanas há muito esquecidas, Maurício de Nassau, príncipe de Orange, conquistou para o exército holandês, no início do século XVII, o que a administração científica conquistaria para a indústria norte-americana dois séculos depois (cf. McNeill, 1984, p. 127-39; van Doorn, 1975, p. 9ss). As técnicas de cerco foram transformadas (1) para aumentar a eficiência da mão-de-obra militar, (2) para reduzir os custos em termos de baixas, e (3) para facilitar a manutenção da disciplina nas fileiras do exército. A marcha e o carregamento e disparo dos canhões foram padronizados, e os exercícios foram transformados numa atividade rotineira. O exército foi dividido em unidades táticas menores, o número de oficiais comissionados e não comissionados foi aumentado, e as linhas de comando foram racionalizadas:

Desse modo, o exército tornou-se um organismo articulado, com um sistema nervoso central que permitia uma resposta sensível e mais ou menos inteligente às circunstâncias imprevistas. Cada movimento atingiu um novo nível de precisão e velocidade. Os movimentos individuais dos soldados ao atirar e marchar, bem como a movimentação dos batalhões pelo campo de batalha, puderam ser mais controlados e previstos do que nunca. Uma unidade bem treinada, capaz de extrair ganhos de cada movimento, podia aumentar a quantidade de chumbo projetada contra o inimigo por minuto de batalha. A destreza e a determinação de cada homem de infantaria, individualmente considerado, passaram a ter pouca importância. As proezas e a coragem pessoais praticamente desapareceram, por trás de uma rotina revestida de armaduras. (...) No entanto, os soldados treinados no estilo mauriciano exibiam, automaticamente, uma eficácia superior na batalha. (McNeill, 1984, p. 130)

A importância dessa inovação está em que ela neutralizou as vantagens de escala desfrutadas pela Espanha e, com isso, tendeu a equiparar a capacidade militar relativa dentro da Europa. Ao incentivar ativamente a adoção dessas novas técnicas por seus aliados, as Províncias Unidas criaram condições para uma igualdade substancial entre os Estados europeus, que se tornou a premissa do futuro sistema de Vestfália. E ao fazê-lo, é claro, elas fortaleceram sua liderança intelec-

tual e moral sobre os governantes que buscavam legitimar seus direitos absolutos de governo.

Em quarto e último lugar, as habilidades de gestão de Estado da oligarquia capitalista holandesa eram muito maiores que as da oligarquia veneziana. Organizado e administrado exclusivamente em torno dos interesses capitalistas, o Estado veneziano extraía daí sua principal fonte de poder, mas tinha também aí o principal limite para esse poder. É que essa exclusividade mantivera o horizonte político da oligarquia veneziana dentro dos limites instaurados pela análise de custo-benefício e pelo sistema contábil por partidas dobradas. Em outras palavras, mantivera os governantes venezianos afastados das questões políticas e sociais que dilaceravam o mundo em que operavam.

Em contraste, a oligarquia capitalista holandesa forjara sua capacidade de gerir o Estado numa longa luta pela emancipação do domínio imperial espanhol. Para lograr êxito nessa luta, ela teve de fazer uma aliança e dividir o poder com os interesses dinásticos (a Casa de Orange); teve também de controlar a fera da rebelião popular (o calvinismo). Como conseqüência, o poder da oligarquia capitalista dentro do Estado holandês foi muito menos absoluto do que tinha sido no Estado veneziano. Mas, por essa mesma razão, comparado com os governantes venezianos, o grupo dirigente holandês desenvolveu aptidões muito maiores para identificar e solucionar os problemas em torno dos quais campeava a luta européia pelo poder. Assim, as Províncias Unidas tornaram-se hegemônicas em virtude de serem menos, e não mais capitalistas do que Veneza.

#### A HEGEMONIA BRITÂNICA E O IMPERIALISMO DE LIVRE COMÉRCIO

Os holandeses jamais governaram o sistema que haviam criado. Tão logo se instaurou o Sistema de Vestfália, as Províncias Unidas começaram a perder seu recém-adquirido *status* mundial. Durante mais de meio século, os holandeses continuaram a liderar os Estados do recém-criado Sistema de Vestfália, apontando-lhes uma direção específica — muito especialmente, a expansão comercial ultramarina, apoiada pelo poderio naval e pela formação das companhias de comércio e navegação, de capital acionário e ligadas ao Estado por cartas patentes. Mas foi, tipicamente, o que denominamos de liderança contra a vontade do líder, pois mais fez minar do que ampliar o poderio holandês. A hegemonia mundial holandesa, portanto, foi uma formação efêmera, desfeita tão logo se compôs.

Em termos de poder mundial, os principais beneficiários do novo sistema de governo foram os ex-aliados das Províncias Unidas, a França e a Inglaterra. No século e meio seguintes — da eclosão das Guerras Anglo-Holandesas em 1652 (apenas quatro anos depois do Tratado de Vestfália) até o fim das Guerras